

CARTA ABERTA À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

O Professor Universitário sem insalubridade: Relatos de caso.

O direito ao recebimento do adicional de insalubridade é fato consumado e direito adquirido, para aqueles que exercem atividades insalubres. O que pode implicar a sua suspensão? Inicialmente em perdas na tríade universitária: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Quando o Governo do Estado da Bahia se dispõe, irresponsavelmente, retirar um direito adquirido, o adicional de insalubridade na Universidade, contraria o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 que salienta que “as Universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão”. De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. Esse tripé, considerado por Moita & Andrade (2009)¹ uma “santíssima trindade”, princípio orientador da qualidade da produção universitária, afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético.

No entanto, parafraseando Drummond de Andrade, “No meio do caminho tinha uma pedra”. Uma pedra chamada Governo do Estado da Bahia e seus representantes diretos, que se propõem à dissociar o indissociável, concretizado pela Constituição Brasileira de 1988.

De forma arbitrária, sem critérios e sem fundamentos, como deixa claro o ofício circular SRH nº 013/2015 do Governo do Estado da Bahia e seu Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE Processo nº TCE/001687/2014, utilizando os termos “*a existência de possíveis irregularidades*” sinônimo de imagináveis, plausíveis, o que, em verdade, não é fato. Perguntamos novamente, o Governo suspendeu o pagamento do adicional de insalubridade e o que significa e reflete essa suspensão para as atividades da Universidade Pública e de Qualidade?

Então, agora relatando uma década de vida Universitária e Ensino Superior, Pesquisador e Extensionista, vamos deixar claro sobre as consequências da retirada irresponsável do adicional de insalubridade do Profissional Docente merecedor deste. Acaba, extermina e desestimula o tripé indissociável Ensino, Pesquisa e Extensão. Primeiro, porque fragiliza o Ensino, pois não há razão para manutenção das aulas práticas, essenciais para a ideal formação discente, principalmente na área de ciências da saúde. Outro fato inquestionável, qual docente iria se expor à atividades e locais insalubres e de riscos? Extermina, desestimula e compromete toda pesquisa universitária, muitas vezes responsável e única fonte financiadora e captadora de recursos nacionais e internacionais para o desenvolvimento científico e tecnológico, da própria Universidade. Por tabela, do próprio Estado, que dá nome à Universidade. A nossa UNEB, a maior instituição pública de ensino superior multicampi das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

Desestimulados a adentrar laboratórios, o que será das pesquisas e dos estudantes de iniciação científica, especialização, mestrado e doutorado? E de futuras patentes que trariam benefícios e visibilidade à Instituição? Algum Orientador vai se habilitar? Claro que não!. E olhe que a UNEB tem capacidade, ou pelo menos tinha antes do corte do adicional de insalubridade, para formar graduandos, que hoje se encontram em outras Instituições, como Oxford, uma das universidades mais renomadas do mundo – é a 1ª melhor da Europa e 2ª melhor do mundo. Alguém ai se habilitaria, sem insalubridade, para captar recursos CNPq? CAPES? FAPESB? FINEP? Outros? Sem pesquisa, sem publicações. Sem publicações, estagnação. Por fim e, tão importante quanto ao Ensino e Pesquisa, a Extensão. Sem extensão, sem educação em saúde e pesquisa em comunidades. Sepultamos assim nosso retorno social, àqueles que mais precisam. Comunidades muitas vezes negligenciadas socialmente e que tem, na Universidade, a atenção especial de graduandos de qualidade e de profissionais docentes das mais diferentes áreas profissionais.

Outro relato tem como objetivo explicitar a importância da manutenção do adicional de insalubridade para os profissionais docentes e atuantes no ensino do cuidado de pessoas enfermas. Vários professores do Departamento de Ciências da Vida (DCV) têm, no transcorrer da sua atuação docente, um íntimo contato com pacientes, não somente no ambiente ambulatorial e hospitalar, como e também dentro das dependências da Universidade do Estado da Bahia, nas Clínicas – Escola, ambulatórios didáticos e também nas atividades de pesquisa envolvendo seres humanos. Todas estas atividades docentes transcorrem envolvendo o atendimento de pacientes portadores de doenças infectocontagiosas agudas e crônicas, havendo riscos diretos e indiretos de agravos a saúde ou acidentes com lesão a saúde, fazendo parte da tríade de Ensino, Pesquisa e Extensão. No ensino da atividade do profissional de saúde, o docente entra em contato íntimo, atende, examina diagnóstica e trata pacientes, ensinando os discentes não só a teoria, mas também a cuidar, acolher e confortar estes pacientes. O ato de cuidar e ensinar a cuidar de pessoas enfermas trata-se de inquestionável condição de risco a própria saúde do profissional, pois, ao acolher e tratar estas pessoas, docentes e alunos entram em íntimo contato com secreções e fluidos corpóreos, expõem-se a acidentes com aparelhos e ferramentas (agulhas, bisturis, materiais de curativos), enfim, sacrificam a sua segurança em prol da recuperação e acolhimento de pessoas doentes. Fatos históricos, também inquestionáveis, atestam a condição de insalubridade de profissionais de saúde, como o cuidado da Hanseníase, onde o *“Concílio católico, no ano de 583, estabeleceu regras da Igreja Católica para a profilaxia da doença. Essas regras consistiam em isolar o doente da população sadia. Em algumas áreas, como a França, essas medidas de isolamento foram particularmente rigorosas e incluíam a realização de um ofício religioso em intenção do doente, semelhante ao ofício dos mortos, após o qual este era excluído da comunidade, passando a residir em locais especialmente reservados para esse fim. Era ainda obrigado a usar vestimentas características que o identificavam como doente e fazer soar uma sineta ou matraca para avisar os sadios de sua aproximação (Maurano, 1944). De acordo com Opromolla (2000), nos anos 1100 houve um grande surto de simpatia e piedade pelos hansenianos, encorajado pela Igreja. A criação das primeiras ordens religiosas dedicadas a prestar cuidados a estes doentes datam dessa época. Essas ordens foram responsáveis pela criação de asilos para abrigar os acometidos pela doença. A Igreja ensinava que estas pessoas*

infelizes eram os pobres de Cristo. Muitas pessoas interpretavam e acreditavam que o próprio Cristo havia morrido com a Doença de Hansen e por isso damas nobres, em uma espécie de fervor religioso, lavavam os pés dos doentes e abraçavam seus corpos contaminados. Em muitos casos, estes devotos não corriam um risco maior do que o de adquirir a escabiose, em virtude das confusões diagnósticas já comentadas”². Historicamente, aprender a cuidar, ato magnânimo dos profissionais de saúde, significa também expor-se aos mesmos riscos que levaram os pacientes a ficarem doentes, o que faz destas profissões, e, conseqüentemente dos seus docentes, profissionais de alto valor na sociedade. Ao suprimir o acréscimo da insalubridade nos vencimentos dos docentes, o Governo do Estado nega os fatos históricos que baseiam as origens da capacitação dos profissionais de saúde. A UNEB exige o reconhecimento e a remuneração da insalubridade para os profissionais docentes da área de saúde, em um ato simples de reconhecimento da história e distinta atuação destes profissionais.

O que serão das atividades em Postos de Saúde? Nos Hospitais? Nas comunidades? Na Universidade assistencial? A Universidade, é o Estado na sociedade!

Resumindo, sem adicional de insalubridade, Ensino sem qualidade, sem Pesquisa, sem Extensão, sem Assistência. Seremos um mero “órgão administrativo” em educação/saúde. Multiplique esse relato por todos os Professores Docentes no Nível Superior, merecedores do adicional de insalubridade e que tiveram esse direito cortado, cada um com sua especialidade e fica bem claro como todos, Universidade-Governo-Sociedade perdem, nesse contexto.

Professores Doutores DCV, Pesquisadores, Extensionistas e Assistencialistas

- 1- MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando Cézar Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269-280, Aug. 2009 .
- 2- ELDT, LM. Breve história da hanseníase: sua expansão do mundo para as Américas, o Brasil e o Rio Grande do Sul e sua trajetória na saúde pública brasileira. *Saude soc.* vol.13 no.2 São Paulo May/Aug. 2004